

Promoção de servidor por mérito é aprovada

Medida afetará 55 mil dos 777 mil funcionários públicos de SP; policiais, professores e médicos não estão incluídos

Promoção no funcionalismo hoje ocorre devido ao tempo de serviço, entre 2 e 6 anos, independentemente do desempenho profissional

MÁRCIO PINHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Os deputados estaduais aprovaram ontem proposta do governador José Serra (PSDB), que muda os critérios de promoção para os servidores do Estado. A partir da sanção do governador, os funcionários públicos da área administrativa serão promovidos por meio de avaliações de desempenho, e não mais por tempo de serviço.

A medida afeta diretamente 55 mil servidores ativos — de um total de 777 mil.

O projeto, encaminhado à Assembleia em outubro deste ano, foi aprovado do jeito que o governador Serra queria, sem a inclusão de nenhuma emenda dos deputados. Para entrar em vigor, depende apenas da sanção do próprio Serra.

A lei promove a reestruturação das carreiras administrativas das chamadas "atividades

meio", como motorista, contador, fiscais e economistas. Policiais, professores e médicos, por exemplo, não serão afetados porque são submetidos a legislações específicas.

O projeto prevê aumento de 40% no salário do servidor com ensino fundamental e médio que cursar faculdade. O mesmo mesmo reajuste será aplicado aos de nível superior que concluírem a pós-graduação.

A principal mudança no projeto é a que estabelece uma avaliação anual aos servidores. A cada dois anos, o funcionário poderá concorrer a uma progressão na carreira (classificadas por letras), que representa um aumento de 5%.

Existem no mesmo cargo/função dez diferentes letras. Servidores que ocupam um mesmo cargo concorrerão entre si — por ano, só 20% deles serão promovidos (os mais bem avaliados). A previsão é que o servidor atinja a faixa salarial mais alta de sua classe em cerca de 21 anos de trabalho.

Hoje, as promoções ocorrem por tempo de serviço, entre dois a seis anos, independentemente do desempenho.

O índice de reajuste geral previsto no projeto chega a 37% e será calculado sobre o ganho final do servidor, com todas as vantagens. Essa mudança, feita pelo próprio Serra após o envio da proposta à Assembleia, atendeu a uma das principais reivindicações dos servidores.

Segundo Barros Munhoz, líder do governo José Serra (PSDB) na Assembleia, o projeto deverá ser sancionado em breve pelo governador e sua aplicação terá efeito retroativo a outubro. Ele afirma que muitas categorias estão há cerca de 14 anos sem reajuste salarial.

Representante dos servidores, Carlos Ramiro de Castro diz que a proposta traz vários prejuízos aos servidores, principalmente porque alguns cargos serão terceirizados.

Ele, contudo, diz que foram um avanço as mudanças feitas por meio de emendas encaminhadas pelo próprio governador, como as que permitem a incorporação de vantagens — como a sexta-parce e o adicional por tempo de serviço — ao cálculo do salário-base.

➔ LEIA MAIS C3

PRINCIPAIS MUDANÇAS

Assembleia aprova projeto que institui promoção por mérito

Promoções
➔ Fim das promoções automáticas por tempo de serviço
➔ Serão feitas de dois em dois anos para os 20% dos servidores mais bem avaliados

Avaliações
➔ Ocorrerão anualmente

1 Como é hoje
➔ Não há avaliação
➔ Na carreira, as progressões se dão de dois a seis anos, dependendo do nível do cargo do funcionário (elementar, intermediário e superior)

2 Novos critérios para avaliação
➔ Falta de trabalho, excesso de licenças médicas, desempenho e competência serão considerados
➔ Quem apresentar desempenho insatisfatório na avaliação não será promovido

3 Reajustes e carreira
➔ Servidores com nível fundamental e médio que concluírem ensino superior terão reajuste de 40%, mesmo percentual para os de nível superior com pós-graduação
➔ Funcionários promovidos a cada dois anos chegam ao topo da carreira em 25 anos
➔ Cada faixa de promoção equivale a 5% de reajuste

*A partir da aprovação de aquisição de competência para a função

Folha de S.Paulo,
10/12/2008, pág. C1 e

Servidores reivindicam plano de carreira

Para representante do funcionalismo, esse é o método ideal para que o trabalhador seja avaliado e evolua de função

Permissão para a contratação de funcionários terceirizados é apontada como uma das principais falhas do novo projeto

DA REPORTAGEM LOCAL

Os servidores não são contra a avaliação, mas não concordam que esse método seja o critério para a definição de prêmios ou bônus e seja adotado no lugar de um plano de carreira que permita que o profissional evolua na sua função.

A ideia é defendida pelo presidente do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal do Funcionalismo, Carlos Ramiro de Castro.

Representante dos funcionários, ele diz que a categoria quer uma lei que determine planos de carreira para cada especialidade e enviaram esse pedido à Assembleia para discussão.

"Queremos que, por meio desse plano, o profissional possa evoluir, por meio do seu aperfeiçoamento, do seu trabalho, e ser avaliado com critérios transparentes", diz Castro.

Segundo ele, muitas categorias hoje não têm plano de carreira e não têm mobilidade. Para o representante do funcionalismo, esses planos de carreira poderiam ser estabelecidos segundo a área em que o profissional trabalha (como saúde, educação) ou pela função.

Terceirizações

Uma das principais críticas

feitas por ele ao novo projeto é em relação à permissão para a contratação de funcionários terceirizados. "Isso prejudica toda a integração do trabalho

que é feito. O funcionário pertence a uma outra empresa. Além disso, o governo passa a tratar profissionais diferentes da mesma forma", afirma.

O ponto de vista contrasta com o do líder do governo na Assembleia, o deputado Barros Munhoz (PSDB), para quem as terceirizações podem tornar al-

guns processos mais práticos.

"A medida que ele [o projeto] elimina algumas funções que não são típicas do Estado, ele prevê a terceirização, e o gover-

no não esconde. Há funções que são mais bem executadas por terceirizados. Você não pode ter que demorar para contratar, substituir, demitir", diz,

Critério de avaliação deve ser claro, diz especialista

DA REPORTAGEM LOCAL

A promoção por meio de avaliação de desempenho pode gerar uma competição saudável, de acordo com Ricardo Vidal de Abreu, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas.

Ele, porém, afirma que são necessários alguns critérios para que ela permaneça assim e evitar que se torne "predatória". Veja trechos da entrevista concedida à **Folha**.

★

FOLHA - Qual a sua opinião sobre a promoção por meio de avaliações?

RICARDO VIDAL DE ABREU - Essa avaliação vai criar alguma competição. É saudável você ter isso. Senão não tem sentido estar em uma carreira. Recentemente tivemos uma medida provisória aprovada com esse contexto para funcionários federais. É uma forma de o dirigente fazer a burocracia se integrar em um projeto. Vejo como algo positivo, mas é algo ainda bastante vago para quem está no trabalho.

FOLHA - Como isso poderia ser melhorado?

ABREU - A instituição tem que ter critérios claros do que será a avaliação, e o Estado precisa ter critérios claros também do que ele espera dos funcionários. Como em uma empresa privada, com metas bem definidas.

FOLHA - Como vê a terceirização de servidores públicos?

ABREU - Acho que cargos como recepcionista, telefonista, é algo indiscutível. Não tem como você dizer que são atividades em que o Estado tem que ter gente, força de trabalho. Mesmo as pessoas não estariam interessadas em fazer concursos. São muito mais cargos temporários do que cargos para a vida toda.